

# No rastro da Marcha... Construindo democracia

Grupo de Trabalho (GT) Nº 20: Sociedade civil: protestos e movimentos sociais.

Vilênia Venâncio Porto Aguiar

## Resumo:

Este trabalho tem como objetivo esboçar algumas reflexões acerca da contribuição dos movimentos sociais para o aprofundamento do processo de construção da democracia no Brasil em anos recentes, a partir de um olhar lançado sobre a Marcha das Margaridas, um movimento de mulheres do campo e da floresta que, sob a forma de uma marcha, se manifesta publicamente, buscando dar visibilidade às suas demandas e estabelecer processos de diálogo e negociação com o Estado. O trabalho faz parte da pesquisa etnográfica que venho desenvolvendo para a tese de doutorado, intitulada: “Margaridas em Marcha: um estudo sobre a constituição do sujeito político”.  
Palavras-chaves: movimento social; movimento de mulheres trabalhadoras rurais; Marcha das Margaridas

## 1 Introdução:

(...) haveria uma marcha e o nome da marcha seria Margarida, Marcha das Margaridas. A idéia é: morreu uma Margarida, mas nasceram tantas outras, nasce daí a idéia das margaridas. Vocês mataram uma, mas nasceram milhares de margaridas que já não é uma só, agora já são muitas, mostrando o que é que nós queremos, nós queremos lutar pelo que Margarida também lutava, Margarida lutava pela vida dos povos, principalmente da população daquelas pessoas pobres, desgraçadas, que viviam nas usinas, na cana, no corte da cana e por aí vai...(Raimunda Mascena, dirigente sindical)

No dia 10 de agosto de 2000, com o lema: “2000 Razões para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”, teve lugar em Brasília, uma das maiores manifestações públicas de mulheres trabalhadoras ocorridas na capital do Brasil: a Marcha das Margaridas<sup>1</sup>. Decorrente de um amplo processo de mobilização nacional, a Marcha envolveu 20 mil mulheres provenientes de várias regiões do País. Reeditada no ano de 2003, de 2007, e em 2011, a Marcha das Margaridas mobilizou cerca de 40, 50 e 100 mil mulheres, respectivamente. Coordenada pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG<sup>2</sup> (CNMTR), ela conta com a adesão do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), das mulheres organizadas no Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), da Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), da União Brasileira de Mulheres; e também de redes internacionais, como Marcha Mundial de Mulheres (MMM), a Coordenação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul - COOPROFAM e a Rede de Trabalhadoras Rurais da América Latina e do Caribe- REDLAC, além de duas centrais sindicais: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil(CTB). Ela representa, portanto, uma pluralidade e uma diversidade de mulheres, agricultoras familiares, assentadas, quebradeiras de coco, seringueiras, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras, quilombolas, mulheres do campo, das águas e das florestas.

<sup>1</sup> O nome Margaridas, que adjetiva a Marcha, é uma homenagem a líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada na Paraíba em 1982

<sup>2</sup> A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi fundada em dezembro de 1963, e atualmente, tem a sua estrutura verticalizada, composta por 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados.

Contrariando a idéia de “morte”, “desarticulação”, “cooptação” ou “refluxo” dos movimentos sociais, que teriam assim perdido o seu poder articulatório na década de 90 (LAVALLE, 2004, p. 37), a Marcha das Margaridas surge nos anos 2000 propondo um novo formato organizativo e a formulação de uma nova estratégia de ação coletiva, para dar reconhecimento e legitimidade à sua ação política, demonstrando uma grande força mobilizatória. E marchando, as mulheres do campo e da floresta, como se denominam, adentram o espaço público, reivindicando sua visibilidade e a afirmação de outras identidades na sua construção como sujeito político. Sem abrir mão de reivindicações históricas dos movimentos de mulheres do campo, elas pautaram novas questões, ampliando, assim, o campo de temas e problemas, que adentra o universo da cultura, da economia, das relações políticas e sociais.

Embora a Marcha das Margaridas não corresponda, necessariamente, às definições de movimentos sociais típicas na análise sociológica, é movimento, ou pelo menos, sendo uma forma de ação, é uma forma movimento para tomar de empréstimo o termo cunhado por Marcelo Rosa.<sup>3</sup> Mais do que a mera reunião de mulheres reivindicando direitos, a Marcha é uma forma específica de organização política, constituída por movimentos, compreendendo uma organização própria, e acionando um determinado tipo de repertório de ação coletiva. Ela compreende regras, um vocabulário específico, e elementos dotados de forte simbolismo, como lenços, chapéus, bandeiras, e outras simbologias específicas, tomados como seu marco distintivo, configurando uma linguagem social, uma forma diferente de reivindicar demandas sociais ao Estado (SIGAUD, 2000).

Vários foram os processos, eventos, sujeitos e agentes que em conexão contribuíram para o surgimento da Marcha das Margaridas, mas dado o limite de um texto dessa natureza, não pretendo me deter sobre esse aspecto, já analisado em outro artigo<sup>4</sup>. Nesse texto procurarei elencar alguns elementos que considero importantes para pensar, a partir da Marcha, a contribuição dos movimentos sociais para o aprofundamento do processo de construção da democracia em nosso país.

## **2 Movimento e democracia: refletindo sobre os efeitos políticos da Marcha das Margaridas**

A Marcha das Margaridas surge no ano 2000, como uma ação em adesão à Marcha Mundial de Mulheres. Desde então ela foi se instituindo como um processo de mobilização próprio e permanente, cuja ação passou a acontecer a cada três anos. Raimunda Celestina de Mascena – na época coordenadora da CNMTR, fala assim sobre esse momento

Quando terminou a 1ª Marcha, o ato em si, as seis horas da tarde, a gente já sabia que haveria outra porque as mulheres já gritavam: no próximo ano nós tamo aqui de novo, nós vamos voltar, a gente volta, porque foi uma energia muito bacana que rolou na Marcha assim, quando as mulheres foram se vendo, se encontrando, sabendo que todas elas de diferentes lugares, elas construíram, construímos juntas a caminhada pra chegar até aqui, não a caminhada, a caminhada só de entrar nos ônibus, mas os passos que nós pensamos assim, que nós conversamos, porque todas as mulheres sabiam falar o que era a Marcha né, diferente a metodologia, completamente diferente das ações que a Contag vinha fazendo, e foi muito bacana porque ninguém disse que a gente tinha que fazer outras marchas e ao mesmo tempo todo mundo disse que a gente agora ia fazer marcha. (...).

E assim, foram feitas Marchas em 2003, em 2007 e em 2011.<sup>5</sup>

<sup>3</sup> “Forma movimento” é a designação utilizada por Rosa para se referir às ocupações de terra como **formas de ações** utilizadas para iniciar processos específicos de conflitos de grupos rurais com o Estado. (cf. ROSA, 2009)

<sup>4</sup> O artigo intitulado “E aí, aí fizemos a Marcha!” foi publicado nos anais da X Reunião de Antropologia do Mercosul, Córdoba, 2013.

<sup>5</sup> A partir do 10º Congresso da Contag, em 2009, ficou deliberado que a Marcha passaria a ocorrer a cada quatro anos, coincidindo com o primeiro ano de governo do presidente eleito, de modo a permitir um acompanhamento e monitoramento dos pontos negociados durante a Marcha.

Ao ressaltar que a Marcha diferia de outras ações da CONTAG, especificamente, em relação à “metodologia” utilizada, Raimunda de Mascena se refere à forma de mobilização, que se deu a partir de uma articulação com outros movimentos e organizações civis, inovando em relação à forma comumente utilizada pelo Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, que obedece a uma estrutura verticalizada de mobilização. Embora eu não considere que a Marcha das Margaridas tenha rompido completamente com tal estrutura, visto que a sua coordenação é exercida a partir da CONTAG, é inegável que ela inova, e de certa forma extrapola as fronteiras dessa estrutura, ao propor uma forma organizativa que se alicerça a partir de uma rede de mobilização mais horizontalizada.

Nesse sentido, a Marcha das Margaridas pode ser tomada como um exemplo emblemático da contribuição dos movimentos sociais ao processo de construção democrática, particularmente no que concerne à forma como constrói a sua articulação em rede, promovendo, assim, a ampliação de espaços públicos alternativos, a expressão de campos ético-políticos, e, por fim, a redefinição da concepção de autonomia, tão caro aos movimentos de mulheres.

Desde a sua origem, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais procuraram o diálogo com outras organizações e com outros movimentos. Ao longo do seu processo organizativo, essas mulheres desenvolveram uma grande capacidade de articulação e interlocução, recurso fundamental para a formatação da Marcha. Muitas Ong’s feministas já desenvolviam trabalhos formativos e tinham uma relação consolidada com alguns desses movimentos desde o seu surgimento. A fala de Sara Deolinda, assessora da Secretaria de Mulheres da Contag, expressa um pouco isso:

As mulheres tiveram uma...até porque como elas surgiram nesse cenário, tem a ver com um momento de emergência de novos movimentos, de uma certa quebra de um padrão, de uma visão política muito centralizada em disputas de classe, com a emergência de novos sujeitos e num contexto de diálogo, com interlocução com outros segmentos, então isso sempre marcou a trajetória das mulheres. Então hoje, quando você vê uma marcha com uma ampla parceria, aí você pode perguntar: o que é que a Contag hoje realiza em parceria? A Contag, enquanto entidade, o que é que ela realiza em parceria com outros movimentos? As mulheres realizam. Então a 1ª Plenária das mulheres que houve aqui [1997]foi uma plenária muito interessante, muito bonita, porque as mulheres buscaram em outros seguimentos à cooperação, à participação... Que outras mulheres, inclusive do movimento feminista, viessem aqui trazer as questões políticas das mulheres (...). Eu tô querendo dizer com isso é que as mulheres traziam uma riqueza muito grande, promoviam debates com interlocuções ampliadas, confissões as mais diversas, (...), o diálogo era plural. (...) Um movimento que nasce bem plural, com uma interlocução na sociedade com outros movimentos, (...) as mulheres sempre fizeram isso, e isso era muito bacana.

Em relação à Marcha propriamente dita, Raimunda de Mascena também nos diz algo:

Quando a gente começou a pensar a gente disse, a gente não faz ela só [a Marcha], a gente vai precisar das outras organizações junto conosco (...). Nós queríamos que as outras viessem juntas, por que só a gente não tinha muita fortaleza (...). É possível construir uma grande caminhada, uma grande marcha, uma grande pauta, em torno das mulheres, que não só são mulheres do A, mulheres B, nem mulheres C, é o colorido do que é essas mulheres. Eu costumo dizer desde o ano de 2000, que a Marcha das Margaridas é de todas as mulheres, que tem todo o cheiro, todo os cabelos, então assim, digo isso pra expressar a **tamanho diversidade** em que, eu acho, tá **no ideário**, está embrenhado, enrolado, na idéia inicial dessa Marcha, sabe, assim, ter grandes redes de mulheres em diferentes lugares, ou seja, é uma grande teia né, essa coisa, acho que é uma coisa muito... São muitas aranhas tecendo aí, fazendo o que nós queremos construir: um mundo de igualdade.

Ao se articular em rede a Marcha nos remete a uma diversidade de atores, grupos, temas e

---

discursos que interagem se organizando formal ou informalmente, ou instituindo novos campos discursivos. (Cf. DAGNINO, 1999, p.27), conformando, assim, um “tecido movimentista”, “heterogêneo e múltiplo” (CARVALHO, 1998), cuja finalidade é produzir visibilidade, impacto na esfera pública, e obter conquistas para a cidadania. (SCHERER-WARREN, 2006)

A construção de redes de movimentos favorece, ainda, a manutenção da autonomia do movimento em sentido amplo, de modo que a Marcha aponta para uma dinâmica de atuação que não nega a participação com e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas<sup>6</sup>, ao mesmo tempo em que se coloca como um agente de pressão autônomo da sociedade civil. É assim, uma ação coletiva que combina pressões e mobilizações com novas dimensões da interlocução pública. (SCHERER-WARREN, 2006)

Apresentando uma transformação na sua estrutura, bem como na sua dinâmica, o movimento de mulheres do campo e da floresta não mais limita as suas demandas ao âmbito local, nem às suas especificidades de mulheres trabalhadoras rurais. As suas questões específicas puderam ser traduzidas para novos significados ao serem conectadas a questões mais gerais dos movimentos em rede. É assim que a última Marcha toma como eixo o lema: “2011 razões para marchar por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”, em torno do qual apresentam as suas questões específicas.

A idéia era assim, a gente vai deixar faixa, vai deixar dependurado coisas no caminho, dizendo porque que a gente tá indo pra Brasília, é tipo assim vamos romper com o silêncio que nós vivemos a vida inteira, agora é hora da gente romper com ele e sair de porta a fora dos quintais de nossas casa e ir pra rua, nós vamos pra rua dizer o que nós queremos, que sociedade nós queremos, que mundo nós queremos para nós e para os nossos filhos. (Raimunda Mascena, coordenadora regional Nordeste da Contag)

A atuação dos movimentos em rede permite, assim, à Marcha extrapolar a delimitação do raio de ação de movimentos que atuam em espaços mais localizados como Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA) ou o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Ao desenvolver estratégias políticas e propostas programáticas em torno de suas necessidades e de sua noção de direitos a Marcha conecta os espaços locais com espaços regionais, nacionais e até internacionais. Além disso, a construção de estratégias consensuais entre os diversos movimentos, organizações e redes que a compõem fortalece sua posição na negociação frente ao Estado, e também frente ao movimento sindical, visto que a grande maioria das mulheres é vinculada aos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, inseridos no sistema CONTAG. E por fim, as interconexões dentro do próprio movimento, mas também com outros movimentos e redes de movimentos, como por exemplo, a Marcha Mundial de Mulheres, tem favorecido tanto a expressão do mal-estar com as assimetrias de gênero, como a possibilidade de melhorar as relações de gênero no interior do próprio movimento sindical. Trechos da fala de Raimunda ilustram isso:

Foi uma luta grande, porque pra construir toda essa Marcha, ela tinha todas essas coisas, mas parte dessas coisas, ela não podia ser revelada, porque se a gente revelasse que era pra fortalecer as mulheres, que era pra que dentro dessa organização as mulheres fossem respeitadas... Fortalecer as mulheres dentro do movimento sindical, esse era o principal, e as mulheres só se fortalecem dentro do movimento sindical se a gente tiver uma ação com muita participação de mulheres, com a participação de muitas mulheres, aí sim eles nos respeitarão,

---

<sup>6</sup>Um dos exemplos emblemáticos dessa relação com o Estado, foi a presença da Andrea Butto, então diretora do Programa de Promoção da Igualdade, gênero, Raça e Etnia do MDA, em uma das reuniões da coordenação ampliada da Marcha. Ela fora convidada pela secretária de mulheres da Contag, para apresentar quais ações estavam sendo previstas para os próximos quatro anos do governo de Dilma Rousseff, e que diziam respeito às mulheres rurais. A fala da Andrea deveria servir com um dos subsídios para construção da pauta da Marcha.

enquanto não a gente não vai ser respeitada por que a gente vai dizer que as mulheres estão participando, eles vão dizer que não, vão continuar fazendo as mesmas coisas, vão continuar repetindo as mesmas coisas que eles sempre fizeram, isso os homens (...).

Nós mulheres que começamos a refletir. (...) a Comissão de Mulheres da Contag, anteriormente, que ela era uma incubadora onde as mulheres falavam de tudo, era o lugar, tipo assim, era o lugar seguro, aqui a gente faz, aqui a gente diz e fica, aqui entre nós, um segredo nosso que a gente não vai abrir muito agora, porque se a gente abrir a gente vai ficar muito vulnerável, porque se hoje é forte a reação masculina com relação a organização das mulheres, no começo foi o triplo, era pior, muito pior, a reação era uma reação, assim, de repressão mesmo, você precisava ter muito cuidado o que falava e aonde falava e pra quem falava, não podia falar assim... Pra você falar, pegar o microfone na Contag e falar, primeiro você tinha que ter construído com as mulheres primeiro, pra poder se fortalecer, senão era capaz de não ficar nem no mandato mais, era forte, muito forte, porque os homens achavam que as mulheres iam chegar, iam tomar o lugar deles, e elas iam fazer com eles o que eles faziam com as mulheres, ou seja, construir um mundo ao reverso, e aí a gente disse: nós precisamos fazer essa atividade, essa marcha, e vamos articular, chamamos várias organizações...

Lembro aqui, ainda, uma frase da Carmen Foro, secretária de mulheres da Contag durante a última Marcha:

Que bom que a gente conseguiu sair dos muros da Contag e ir pra rua (...), que bom que a gente conseguiu construir uma organização nacional que tem fragilidades aqui ali, mas a discussão da Marcha é feita com as mulheres.

O espaço delimitado pela atuação em rede dos movimentos que constituem a Marcha configura o que Fraser designa “**contrapúblicos subalternos**” para se referir a arenas discursivas paralelas onde membros dos grupos sociais subalternos criam e difundem contradiscursos para formular interpretações opositivas de suas identidades, interesses e necessidades (FRASER, 1992, p.14). Criticando o modelo habermasiano, Fraser chama a atenção ao fato de que a esfera pública única concebida a partir desse modelo não considera as relações assimétricas de poder que marcam os processos de constituição das esferas públicas contemporâneas, de modo que o surgimento de “contrapúblicos subalternos” (minorias étnicas, grupos discriminados, mulheres, etc.) denunciariam os “vícios de origem” dos espaços públicos, se constituindo como forças de democratização e ampliação política (AVRITZER e COSTA, 2004). A autora ressalta, ainda que, a proliferação dos “contrapúblicos” ou públicos alternativos significa uma ampliação da contestação discursiva, considerado como algo positivo nas sociedades estratificadas (FRASER, 1992:15).

Enquanto contrapúblico subalterno, as mulheres para além da sua visibilidade buscam se fortalecer para disputar e legitimar seus temas e interesses em espaços públicos mais amplos. Sem perder o que lhe caracteriza como público alternativo, a Marcha não deixa de estabelecer uma relação com o espaço público mais amplo, uma vez que muitas de suas interlocutoras estão inseridas institucionalmente, o que amplia o seu grau de publicidade. Através da Marcha, as representantes dos vários movimentos que a compõe expressam o seu vínculo e a sua representatividade em relação aos sujeitos em nome dos quais elas participam nos espaços públicos de negociação. Portanto, encontramos aí, uma lógica consensual-solidarística, no sentido dado por DOIMO (1995), uma lógica própria dos movimentos de ação direta na busca para gerar estados de mobilização e recursos de pressão, contudo, voltada também para a eficácia decisória, para fortalecimento do diálogo político decisório. Observando a pauta da Marcha<sup>7</sup> que foi entregue às instancias do legislativo e do executivo do Governo Federal, é possível notar que ela se dirige à proposição e construção de políticas públicas. As suas

<sup>7</sup> A pauta apresenta 158 proposições na forma de demandas de políticas, em torno do seguinte temário: I – Biodiversidade e Democratização dos Recursos Naturais; ii) II – Terra, Água e Agroecologia; iii) III – Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; IV – Autonomia Econômica, Trabalho e Renda; v) V – Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência; VI – Saúde e Direitos Reprodutivos; VII - Democracia, Poder e Participação Política.

demandas extrapolam o âmbito local ao propor mudanças significativas em áreas importantes das políticas nacionais.

A formação de espaços públicos alternativos articulados pelas redes de movimentos sociais revelam princípios **ético-políticos** (BAIERLE, 1992) orientadores de discursos e de práticas sociais que demarcam “um campo comum de referências e diferenças para a ação coletiva e a disputa política” (ALVAREZ & DAGNINO, 1995, p.14,15, citando BAIERLE, 1992, p.7). Esse campo é denominado por ALVAREZ e DAGNINO (1995) de campo ético-político<sup>8</sup>, uma construção coletiva, que “expressa um processo ativo de elaboração”, refletindo “a dinâmica das múltiplas práticas de luta e seus conflitos internos” (ALVAREZ & DAGNINO, 1995, p.15).

Ainda de acordo com ALVAREZ & DAGNINO (1995, p. 15), o campo ético-político implica em uma definição alternativa do que é considerado “política”: ele afirma uma concepção de política que transcende noções dominantes sobre onde, como, por quem e sobre o que políticas devem ser feitas; e afirma a constituição de um nexos entre cultura e política que expressa não apenas a existência de demandas específicas por mudanças culturais na sociedade (como no caso do sexismo, racismo), mas também o reconhecimento da cultura do autoritarismo social que pervade a sociedade brasileira e do seu caráter excludente. A sua emergência sugere, por um lado, sua pluralidade interna e a sua natureza não homogênea; e, por outro, o seu caráter oposicional com relação a outros campos, especialmente, o dominante. (ALVAREZ & DAGNINO 1995, p. 14).

A conformação de um campo ético-político “criam energias sociopolíticas e recursos de poder, capazes de influir nos padrões culturais e nas formas de convivência política” (DOIMO, 1995, p.66) e inclusive, de redefinir o próprio “político” - a partir da experiência concreta dos próprios sujeitos que historicamente se viram excluídos delas - e a própria noção de cidadania (ALVAREZ & DAGNINO, 1995, p. 15). Essas análises nos colocam a possibilidade de pensar o espaço conformado pela rede de movimentos sociais de mulheres do campo e da floresta articulados pela Marcha das Margaridas como um campo ético-político. A ação desses movimentos dá alguns indícios de que se processaram algumas transformações nos padrões culturais e na convivência política.

Alguns destes indícios são apontados pelas próprias mulheres nas suas falas. Ao participar da Marcha, elas deixam de atuar apenas no limite do privado, provocando novas situações no interior da família, e mesmo nas relações sociais que se constituem no seu entorno, como as relações de vizinhança, amizade etc. Nesse sentido corroboro com a afirmação de PINTO (1992) quando afirma que a participação das mulheres nos movimentos sociais provoca uma redefinição “ (...) da posição da mulher não somente na relação direta com o seu companheiro, pais, familiares, mas lhes dá uma posição diversa entre suas relações de amizade e vizinhança, o que, por sua vez, redefine a própria relação ao nível público” (p.34)

A presença marcante das mulheres nos chamados movimentos mistos é inegável, me refiro, particularmente, ao movimento sindical. Isso é importante se considerarmos que as mulheres trabalhadoras rurais apareceram no cenário político, nos anos 1980, reivindicando o direito à sindicalização e que, posteriormente, conquistaram, a duras penas, a inclusão das cotas para mulheres na direção da Contag e na maioria das federações. Não há como desconsiderar que as relações entre homens e mulheres apresentaram modificações dentro do movimento sindical, embora muito ainda se tenha a fazer. Também não há como negar que as mulheres que participam dessa rede de movimentos aprenderam a desenvolver a capacidade de conviver com as diferenças, ao ter que compartilhar um espaço público com militantes de outros movimentos (movimento feminista, movimento negro etc.), ao ter que conviver com as diferenças regionais, com a diversidade cultural etc. Tudo isso se reflete na

---

<sup>8</sup> Para Alvarez e Dagnino o campo ético-político, tal como as “matrizes discursivas” analisadas por Sader (1995), se refere a “modos de abordagem da realidade que implicam diversas atribuições de sentido” (ALVAREZ & DAGNINO, 1995, p.14 citando SADER, 1998, p.145)

própria construção da pauta de reivindicações da Marcha, que por si só, já é um exercício de democracia.

Por fim, gostaria de tecer alguns comentários acerca da idéia de autonomia tão cara aos movimentos sociais.

Os movimentos sociais inseridos em articulações com outros atores, formando uma rede, recolocam para o debate a questão da autonomia e a forma como ele aparece no interior desses movimentos. Aliás, desde sua emergência, nos anos 70, ou mesmo na tentativa de compreendê-la, a noção de autonomia é confrontada em sua relação com a política. Tal noção emerge, assim, num cenário fortemente marcado pelo autoritarismo do Estado, o que fazia com que a distância e/ou o confronto presidissem a ação coletiva (DAGNINO & TATAGIBA, s/d). Diante disso, os estudiosos, alimentados pela teoria dos novos movimentos sociais, apontava como a *novidade* dos movimentos sociais, então emergentes, a negação de seus vínculos com o sistema político (Estado, governos e partidos), de modo que o conceito de autonomia foi apreendido pelo signo da não-relação (TATAGIBA, 2009, p.3)

Foi através da afirmação da autonomia em relação ao Estado e aos partidos políticos, que se construíram as identidades dos próprios atores sociais. E foi justamente a noção de identidade, segundo PAOLI (1995) que forneceu a base para se discutir as práticas autônomas dos movimentos, de modo que a questão da autonomia é construída em oposição ao Estado:

A construção de identidades coletivas baseadas na noção de direitos precisou de um novo espaço para ser pensado, esse espaço foi achado em um discurso contra o Estado, montando uma relação de antagonismo radical que permitia aos atores políticos pensar-se de modo autônomo, sem o pesado estigma de serem figuras passivas, ou clientelizada, da dinâmica estatal (PAOLI, 1995, p.35).

A afirmação da autonomia, nesse contexto, era uma bandeira fundamental de luta que conformava uma referência capaz de expressar novos códigos éticos-políticos, que recusava uma relação baseada em favores, em concessões ou corporativas, mas em direitos publicamente reconhecidos, de modo que toda aproximação dos movimentos com Estado e partidos era interpretada sob o signo da cooptação, instrumentalização e/ou subordinação. (TATAGIBA, 2009, p.4; DAGNINO, 1999).

Os meados da década de 80 marcam o encontro das mobilizações populares com a institucionalidade política (PAOLI, 1995) e aos movimentos sociais é posto o desafio de articular as suas demandas nas arenas políticas formais restabelecidas a partir da constituição de 88. As questões postas são problematizadas na oposição: autonomia dos movimentos *versus* participação nas esferas públicas. Para PAOLI (1995),

A questão aparece entre os que pensam que as negociações com governos provam que a autonomia dos movimentos foi-se com sua entrada na política institucional, e os que penam que tal entrada remeteu a autonomia dos movimentos à sua mais dura prova: a de atuar de forma independente, negociando com governos e poderes na direção de uma democracia real.

Postas dessa forma as questões apontam, de um lado, para uma concepção essencializada na noção de autonomia confinada aos limites da sociedade civil, considerada uma esfera homogênea; e do outro para uma concepção relacional, que considera a possibilidade de diálogo entre sociedade civil e sociedade política.

Indo ao encontro da segunda perspectiva acima, DAGNINO & TATAGIBA compreende “autonomia” como

A capacidade de determinado ator de estabelecer relações com outros atores (aliados, apoiadores e antagonistas) a partir de uma liberdade ou independência moral que lhe permita co-definir as formas, as regras e os objetivos da interação, a partir dos seus interesses e valores. Por essa chave, a autonomia não pressupõe ausência de relação, mas a disposição e a capacidade de participar com o outro sem perder certa “distância crítica” que permite colocar a própria relação como objeto de reflexão. Para isso é preciso ter poder e, no caso dos movimentos, esse poder, entendido aqui como capacidade de mobilização, advém da força dos vínculos mantidos com a sociedade civil (DAGNINO & TATAGIBA, s/d, p.9).

As autoras utilizam-se de Melucci para afirmar que o poder dos movimentos sociais vem da sua inserção nas redes da vida cotidiana, sendo justamente isso o que lhes permite a experiência do distanciamento e a reflexividade. Com isso elas apontam a necessidade de que a autonomia dos movimentos seja analisada com o foco direcionado às suas bases sociais, mais propriamente do que em relação ao sistema político.

Se o poder para exercer autonomia nos termos postos acima, pressupõe a capacidade de mobilização e essa, por sua vez, a inserção nas redes da vida cotidiana, pode-se afirmar que essas mulheres da Marcha estão construindo a sua autonomia, e isso não sem esforço, mas envolvendo um processo de aprendizado intenso. Afirma-se, portanto, o caráter relacional da noção de autonomia, que assim concebida se torna conceito adequado para compreender a natureza e os significados das novas interações entre Estado e sociedade civil.

As mulheres trabalhadoras rurais perceberam que para disputar acesso ao Estado e aos recursos públicos, fundamental para a conquista e universalização dos direitos básicos de cidadania, era imprescindível a comunicação do movimento de mulheres com suas bases, até mesmo como estratégia da ação. A identidade desse movimento<sup>9</sup> na sua articulação em rede é definida a partir da sua localização societária e não apenas na sua relação com o Estado, alimentando assim um potencial de mudança na relação entre esse último e a sociedade civil. Como mulheres elas compreenderam que para obter maior eficácia na disputa por seus projetos e interesses, em instâncias decisórias, é necessário não apenas lhes garantir uma maior participação, mas adotar uma postura mais impositiva, não prescindindo, pois, do uso do protesto e manifestação como forma de negociação. Aliás, no caso das mulheres trabalhadoras rurais, o uso desses recursos é necessário, inclusive, para garantir a sua participação em determinadas instâncias, mesmo no próprio movimento sindical, de quem elas tendem a manter uma distância crítica, assim como o faz em relação ao Estado, e é isso que lhes garante uma certa autonomia frente a essas duas instâncias.

Estar na Marcha tem que ter o coração na mão, tem que ter coragem, criatividade, tem que ter muita alma, um jeito diferente que as mulheres têm de fazer as coisas (...) quando você sente e você fala, você toca em alguém dali vai sair alguma coisa legal, (...) tem que tocar o coração, não tem como, essa discussão fria: precisa trazer tantos ônibus, isso não funciona, tem que ter um grau de envolvimento, tem que ter um grau de pertencimento, um grau de pertencimento das mulheres da base, e o que é mais bonito é assim, tem mulheres de outros movimentos, as mulheres perdem o controle do movimento em geral, perde o controle. (Carmen Foro, ex-secretária de mulheres da Contag)

## **BIBLIOGRAFIA**

Alvarez, Sônia; Dagnino, Evelina. (1995). Para além da “Democracia Realmente Existente”: movimentos sociais, a nova cidadania e a configuração de espaços públicos alternativos. Mimeo.

---

<sup>9</sup> A identidade construída a partir de uma rede de movimentos implica pensar na articulação de múltiplas identidades, e não em uma identidade essencial ou uma unidade prévia. Assim, entendemos que a Marcha expressa uma forma de unidade e de ação comum resultante da criação de pontos nodais (MOUFFE, 1999) identificados a partir da experiência vivida por essas mulheres



Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional da ANPOCS.

Avritzer, L. e Costa, S. (2004). Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 4, pp. 703 a 728.

Baierle, Sérgio. (1992). Um novo princípio ético-político: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 90. Dissertação de mestrado. UNICAMP.

Carvalho, Maria do Carmo A. A. (1998) Participação social no Brasil hoje. São Paulo: Polis.

Dagnino, Evelina; Tatagiba, Luciana. (s/d) Movimentos sociais e participação institucional: repertórios de ação coletiva e dinâmicas culturais na difícil construção da democracia brasileira. Revue Internationale de Politique Comparée 17(2)– Número especial sobre Répertoires d'action collective en Amérique Latine.

Dagnino, Evelina et al. (1999). Os movimentos sociais e a construção democrática : sociedade civil, esfera pública e gestão participativa. Campinas: IFICH/UNICAMP (dossiê do Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática).

Doimo, Ana Maria (1995). A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro, Relume-Dumará. 352 páginas.

Fraser, Nancy. (1992). "Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy" in *Habermas and the Public Sphere* (Craig Calhoun, ed.). Cambridge, MA: MIT Press. 109-142.

Lavalle, Adrián Gurza; Castello, Graziela; Bichir, Renata Mirándola (2004). Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. In: Política & Sociedade, v. 3, n. 5.

Mouffe, Chantal (1999) "Feminismo, cidadania e política democrática radical". *Debate Feminista*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), p. 29-47.

Paoli, Maria Célia (1995). "Movimentos Sociais no Brasil: Em busca de um estatuto político", in Michaela Helmann (org.), *Movimentos Sociais e Democracia no Brasil*, S. Paulo: Marco Zero.

Rosa, Marcelo (2009). A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil. In: Fernandes, Bernardo Mançano; Medeiros, Leonilde Sérvo; Paulilo, Maria Ignez (orgs). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo*. Ed UNESP.

Sader, Eder. (1995). Quando novos personagens entraram em cena, Ed. Paz e Terra, RJ, 2ª edição, 1995.

Schere-Warren, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Dossiê: Movimentos Sociais. Vol.21, n. 1 (jan.-abr. 2006) 109-130

Sigaud, Lygia (2000). A Forma Acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos Cebrap*, n. 58.

Tatagiba, Luciana (2009). Relação entre movimentos sociais e instituições políticas no cenário brasileiro recente. Reflexões em torno de uma agenda preliminar de pesquisa. Disponível em: [http://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/public-files/2009-artigo-tatagiba\\_luciana.pdf](http://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/public-files/2009-artigo-tatagiba_luciana.pdf) Acesso: agosto de 2013.